

PÓS-SEGUNDA GUERRA – JAPÃO E BRASIL NA CONTRAMÃO?

Valéria Maria Sampaio Mello

Doutoranda em Educação – UFC e Professora Depto.Línguas Estrangeiras – UECE

O objetivo do presente texto é trazer uma reflexão em torno das nações japonesa e brasileira em relação à influência estadunidense, sofrida por ambas, no pós-II Guerra Mundial.

Faremos um pequeno percurso pela História, tentando trazer à tona os conflitos e as relações político-sociais vividas pelo Japão e Brasil em tempos de guerra, a fim de que possamos compreender que, mesmo o Brasil se colocando como aliado norte-americano, viveu tempos de sacrifício.

Nosso estudo utilizou, além da pesquisa bibliográfica, os jornais de Fortaleza como fonte complementar, pesquisados na Biblioteca Pública Meneses Pimentel, cujas notícias foram coletadas do jornal “O Povo” e do “Correio do Ceará” (1945-1955).

Às vésperas da Segunda Guerra Mundial, o Japão encontrava-se fortemente influenciado pelo militarismo e sua economia nas mãos do *zaibatsu*, o “sindicato” dos grandes grupos econômicos. Desde 1936, o Japão havia se associado à Alemanha e à Itália, no chamado Pacto do Eixo, definindo uma aliança anticomunista.

O general Hideki Tojo, militarista ambicioso, tornou-se primeiro ministro do Japão em 1941 e dirigiu os destinos do Japão até julho de 1944. Tojo, que não era nada popular, queria a guerra com os EUA, até por uma questão de prestígio, enquanto que a grande maioria dos japoneses era contra. Acreditava que poderia vencer a guerra apenas trabalhando o espírito do povo. Já o almirante Isoroku Yamamoto tentou dissuadi-lo dessa perniciosa ilusão, já que o almirante tinha sido marinheiro e adido naval junto à Embaixada Japonesa em Washington, de 1926 a 1928. Nesse período, Yamamoto dera várias vezes a volta ao mundo. Conhecia os EUA, sua riqueza, sua extensão, protegidos por dois oceanos, recursos naturais, sua capacidade industrial, e se os norte-americanos estavam na guerra, essa seria irresistível. E se o Japão provocasse os EUA, estaria provocando sua derrota.

Segundo consulta em (Peralva, 1990) e na revista o “Japão de Hoje” (1989 - International Society for Educational Information), Tojo era orgulhoso e, como nunca havia saído do Japão, mostrava-se menos informado. Por consequência disso, não acatou os argumentos e caiu na armadilha rooseveltiana.

O ataque-surpresa comandado por Yamamoto em Pearl Harbor, nas ilhas Havaí, principal base americana, aconteceu e em meia hora ocorreu o maior desastre militar da história dos Estados Unidos. Logo após, o presidente Franklin Roosevelt chama Churchill ao telefone, em Londres, comunica o ataque e diz: *De agora em diante estamos no mesmo barco!* Os EUA foram lançados numa guerra que se tornou mundial.

Em 1945, os ataques estavam cada vez mais destruidores, muito embora os nipônicos lutassem em situação de inferioridade, e às vezes preferissem a morte à rendição. Para o Japão, a rendição ou mesmo a condição de se entregar, ao inimigo, como prisioneiro de guerra significava vergonha que não se podia suportar, já esta, para o Ocidente significava apenas contingência de guerra. Contudo, o tratamento concedido aos prisioneiros norte-americanos apareciam em manchetes do tipo violento e com teor de crueldade:

Perante uma assistência perplexa, foram apresentadas provas irretorquíveis e naturalmente apavorantes dos crimes praticados contra os norte-americanos, no Extremo Oriente. Assim, prova-se que soldados japoneses destacados no pacífico entregavam-se ao canibalismo. Um dos ex-milicianos afirmou que “estava louco em consequência da guerra”(…) com esses ficou patente que certas partes dos corpos dos aviadores americanos serviam de reservas para temperar a sopa dos soldados nipônicos (“Correio do Ceará”, 14/01/1947, pág.01).

O Império do Sol Nascente havia perdido a guerra. O resultado foi: 25% dos edifícios da capital japonesa destruídos, 80 mil civis mortos e 1 milhão de pessoas sem teto. A guerra deixou o parque industrial em ruínas.

Hiroshima e Nagasaki, duas cidades nipônicas, foram devastadas por outro tipo de arma, a bomba atômica. Consta, na bibliografia pesquisada, que não era o pensamento de Roosevelt lançar a bomba, pois cogitava apenas usá-la como efeito de demonstração no Pacífico, a fim de convencer os governantes japoneses sua submissão, mas, em 12 de abril de 1945, Roosevelt sofre um derrame cerebral e o vice Harry Truman assume a presidência dos EUA. Em agosto do mesmo ano, Truman decide lançar as duas bombas atômicas sobre o Japão.

De acordo com o relatório oficial do serviço de informação da aviação estratégica norte-americana, que a escolha das duas províncias - Hiroshima e Nagasaki - se deu pela densidade de sua população e pela importância como grandes centros (Deborin, 1966:362).

Finalmente, o Imperador Hiroito ordenou, quebrando o protocolo e dirigindo-se pessoalmente ao seu povo: *Nós vos incumbimos, vós, nossos leais súditos, de executar lealmente nossa vontade. Cessem as hostilidades*. Várias mortes ocorreram por *haraquiri* (suicídio ritual) em obediência às ordens do imperador. Os japoneses tinham que aceitar a derrota e suportar a ocupação.

Tojo, a fim de escapar da prisão a 11 de setembro de 1945, tentou suicídio, atirando contra si mesmo, abaixo do coração. Contudo, seis transfusões de sangue americano ajudaram a salvar-lhe a vida. O que se ouvia, por exemplo, de um professor era, *mate-se para não sofrer a vergonha do cativo*. Depois de seu julgamento, em 12 de novembro de 1948, Tojo e seis outros foram condenados à morte pela força. Tojo escreveu: *Erguendo os olhos, ouço reverente a voz de Buda chamando-me para o ilimitado céu azul* (In: Coox, 1976:151). Ele admitiu ao capelão estar satisfeito por não ter conseguido matar-se, *primeiro porque pude aproximar-me da religião, segundo porque aprendi a compreender a beleza da vida humana, porque pude esclarecer certas dúvidas durante o julgamento* (apud, op. cit).

A guerra custou ao Japão cerca de 3 milhões de vidas humanas, deixando o país completamente devastado e desmoralizado. A população de Tóquio reduziu-se em mais da metade e cerca de setenta mil prédios desapareceram em segundos. Quem se encontrava a um quilômetro do hipocentro da explosão morreu na hora e alguns tiveram seus corpos desintegrados. O calor intenso levou a roupa e a pele de quase todas as vítimas da bomba. Mais de seis mil crianças tornaram-se órfãos de repente.

O Japão e o Brasil estavam em lados opostos, antes e durante a Segunda Grande Guerra, e as notícias que circulavam nos jornais locais tomados para estudo eram do tipo: *O Brasil está em guerra com o Japão e, em nenhuma época foi mais sólida a nossa amizade com a América do Norte. Tenhamos na memória a lembrança de Pearl Harbour e caminhemos juntos até que vençamos os filhos da traição onde quer que se encontrem* (“O Povo”, 04/07/1945, pág.03). O Brasil esperava se beneficiar dessa “sólida amizade” ao final da guerra, já que se configurava como “aliado” dos norte-americanos, e que antes, com o Estado Novo, a partir de 1937, o Brasil, sendo geopoliticamente importante para a Nação norte-americana e sua campanha militar, Getúlio dispõe o Nordeste como base para os americanos e consegue construir a usina de Volta Redonda. O Brasil a essa época funcionou, também, substituindo as indústrias de países em guerra, dando um salto em sua economia.

Os países em estudo, Japão e Brasil, são bastante diferentes quanto ao espaço geográfico, às crenças, às atitudes e à organização social e política, no entanto um aspecto os aproxima, a permanente influência norte-americana.

A atmosfera que surge, quando ativamos a comparação entre países, de um lado, poderosos economicamente como os Estados Unidos, e, do outro, considerado do Terceiro Mundo, ou em desenvolvimento, como o Brasil, traz à tona a discussão de “sujeição”. Há uma imposição e uma influência externa causando prejuízos sociais profundos em nosso país, sem falar dos parcos investimentos sociais realizados pelos governos em desenvolvimento, daí portanto, o aparecimento do “atraso” em alguns setores sociais.

O pós-Segunda Guerra trouxe ao cenário mundial os Estados Unidos como superpotência, ao vencerem a guerra, e o Plano Marshall, cujos eixos compreendiam: Militar - afastar o comunismo; Econômico - recuperar a Europa; e Político - guerra ao comunismo e cooptação do ideal do progresso em que a estratégia norte-americana era de restabelecer o capitalismo na Europa, porque, do outro lado, havia o socialismo liderado pela União Soviética, sua inimiga ideológica e militar.

O Plano Marshall, consoante Sellers (1990), foi proposto pelo governo Truman em junho de 1947, através de pronunciamento em Harvard, pelo general George Marshall, oferecendo ajuda norte-americana a todos os países da Europa e foi oficialmente denominado “European Recovery Plan” - ERP (Plano de Recuperação Européia). O plano fornecia créditos e não dinheiro, assegurando, desta maneira, que os dólares de ajuda seriam gastos nos Estados Unidos. Essa foi a estratégia norte-americana de restabelecer o capitalismo na Europa e foi o maior sucesso da política estadunidense no pós-Guerra. *A guerra permitiu aos Estados Unidos recuperar sua economia e torná-la dominante em nível mundial, graças à semidestruição de seus rivais capitalistas (tanto os inimigos como seus aliados durante a guerra)*(VIZENTINI, 1996:116).

Contudo o cenário dois anos depois foi de ruptura, instalando-se a “guerra fria”, *expressão essa cunhada por Bernard Baruch, financista americano, antigo conselheiro do presidente Roosevelt, durante discurso proferido em 1947* (Peralva, 1991:103).

Caracterizava a “guerra fria”, segundo Hobsbawm, o fato de que, em termos objetivos, não existiria perigo iminente de guerra mundial. Para esse historiador,

(...) apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados, mas sobretudo do lado americano, os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual mas não contestado em sua essência. (...) As duas superpotências aceitavam a divisão desigual do mundo, faziam todo esforço para resolver disputas de demarcação sem um choque aberto entre suas Forças Armadas que pudesse levar a uma guerra, e ao contrário da ideologia e da retórica da Guerra Fria, trabalhavam com base na suposição de que a coexistência pacífica entre elas era possível a longo prazo. Na verdade, na hora da decisão, ambas confiavam na moderação uma da outra, mesmo nos momentos em que se achavam oficialmente à beira da guerra (1998:224-225).

A aproximação maior do Brasil com os Estados Unidos se deu com o fim do governo Vargas, já que o nacionalismo desse parecia ser um obstáculo dessa ligação mais forte. As relações mais próximas só aconteceram com a ascensão do presidente Eurico Gaspar Dutra e sua política “liberal”. O clima pós-guerra, tanto no Japão quanto no Brasil, apesar de o primeiro ter sofrido a derrota, e o segundo apresentar-se como aliado dos norte-americanos, foi de intensa influência e dependência econômica. A imposição e a ação externa norte-americana vêm provocando pressões diversas e resultando em “lesões” em alguns aspectos sociais, tanto no Japão quanto no Brasil. Os aliados norte-americanos, principalmente no Japão, ocuparam-no, trazendo seus diferentes valores; outra cultura e costumes adversos estavam sendo implantados.

A chamada democratização começou nos primeiros dias após a ocupação militar dos Aliados no Japão; contudo, a derrota trouxe o desemprego e uma inflação altíssima. Havia 10 milhões de pessoas sem emprego definido. A falta de alimentos provocou a subnutrição, que resultou na diminuição na estatura física dos japoneses.

Aconteceram várias reformas no Japão, ocupado, e as recomendações, por parte dos aliados, segundo Tshuchimochi, depois da guerra, dentre outras coisas, foram os métodos de ensino recomendados e estereotipados com ênfase na memorização e na conformidade, e um sistema vertical de obrigações e lealdade que deveria ser modificado, a fim de encorajar o pensamento independente, o desenvolvimento da personalidade e os direitos e as responsabilidades

da cidadania democrática. Deveria, contudo, incluir mais liberdade de discussão com grande destaque em originalidade, resoluções de problemas e pensamento crítico.

Durante o período do conflito, a educação militarista e ultranacionalista teve seu auge. Após a guerra, os Estados Unidos enviaram ao Japão missões educacionais a fim de reformar o sistema educativo.

A Reforma educacional realizada após a guerra teve por objetivo eliminar a educação militarista e ultranacionalista, que estava no seu auge durante o período do conflito, e estabelecer a democracia e ideais de liberdade e igualdade na educação, tais como o desenvolvimento do caráter, respeito para com o indivíduo e oportunidades iguais para todos.

A Reforma educacional foi uma imposição dos Estados Unidos, que mandaram várias missões de educadores de alto nível ao Japão durante a ocupação. Estas missões, contudo, tiveram a preocupação de respeitar as tradições culturais do país e de trabalhar em cooperação com o grupo de educadores japoneses (Tsuchimochi, 1993:214).

No Japão, no regime antes da guerra, era dito para os professores exatamente o quê e como deveriam ensinar. Para que os professores japoneses não se desviassem dessas instruções impressas nos livros-textos, os inspetores eram encarregados de acompanhar e fiscalizar as atividades.

A Reforma Constitucional ocorrida no final de 1945/1946, promulgada pela *Dieta* (o Congresso), mas elaborada pelas autoridades de ocupação, acarretou modificações revolucionárias.

Tratando-se do ensino religioso, diferentemente do Japão, que estava abolido com a ocupação norte-americana, ou seja, estava proibida, pelos norte-americanos qualquer manifestação religiosa sectária, no Brasil, o ensino religioso estava incluído no horário escolar, com matrícula facultativa e de acordo com a confissão do aluno (art.168,V), e entretanto os educadores católicos eram contra a centralização legal pelo fato de esta ir em posição contrária à liberdade individual ou da família (Ribeiro, 1978:111).

Durante esse período, de 1946 a 1964 no Brasil, houve vários movimentos de educação popular, principalmente tratando-se da alfabetização. Em relação à campanha de educação de adultos, aparece, no âmbito do Ministério da Educação e Saúde, o professor Lourenço Filho dirigindo a pasta até 1950.

O ano de 1945 no Brasil não representou uma ruptura revolucionária em sua História. De acordo com IANNI, foi um momento importante na história das rupturas estruturais internas e externas.

Cai a ditadura chefiada por Getúlio Vargas. O golpe de Estado que a derruba está inspirado no descontentamento popular, mas também influenciado pelo imperialismo norte-americano, ao qual não agradava o sentido que vinha tomando o movimento pela restauração da Democracia no Brasil (IANNI, 1993:14-15).

Nesse período, o Brasil passa a ser conduzido por um pacto entre o capital monopolista estrangeiro, em que predominam os Estados Unidos, e o aparelho estatal.

Durante a ocupação, de 1945 a 1952, pelo menos dois importantes conflitos ocorreram na Ásia, que tornavam o Japão aos olhos dos americanos uma importante base geopolítica. A Revolução Chinesa em 1949 e a Guerra da Coreia em 1950. Esses acontecimentos proporcionaram a aproximação dos Estados Unidos com o Japão, tornando-os aliados.

O objetivo de alta prioridade para o Japão do pós-guerra era atingir o conforto alcançado pela sociedade de consumo americana. Com a rendição e a ocupação aliada subsequente, comandada pelas forças dos EUA, a nação inteira começou a não apenas sonhar “o sonho americano”, mas a aspirar também a aparelhos domésticos e a copiar o estilo de vida e a cultura que via em filmes importados e programas de televisão.

Em 1955, quando se iniciou o rápido desenvolvimento econômico do Japão, pouco mais da metade de sua população residia em cidades; em 1975, já chegava a 75%, três quartos da população. O nível de desenvolvimento que os Estados Unidos alcançaram em 80 anos foi atingido pelo Japão em 25.

A urbanização criou para os japoneses um estilo de vida liberado das convenções, muitas vezes opressivo, da “antiquada” comunidade rural aldeã. Proporcionou caminhos onde as pessoas se acharam livres de velhos e arraigados costumes e de, freqüentemente, pesadas cargas de consciência social, ao mesmo tempo em que puseram em movimento forças de dissolução dos laços familiares.

Depois que o Japão reconheceu sua derrota na Guerra, o cenário encontrado era de total destruição. Três mil escolas tinham desaparecido. A Nação teve que reunir forças e re-erguer as escolas debaixo de um forte inverno. As salas foram construídas sem janelas, por falta total de material e o teto tão cheio de goteiras que vários alunos assistiam às aulas de guarda-chuva. Mas as aulas continuavam assim mesmo e espantosamente apesar de toda a precariedade, inclusive alimentação, os professores ensinavam e os alunos aprendiam.

Segundo Joseph Trainor, da Divisão de Educação da CI&E (Civil Information and Education Section), os japoneses nunca tinham ficado tão magnetizados com a força de uma palavra – democracia. Nunca, tantos oradores falavam com tanto fervor de um assunto que conheciam tão pouco. Por mais séria que a democracia fosse vista pelos políticos, essa foi implantada efetivamente pelo povo.

Segundo Gary Tsuchimochi, no livro *Education Reform in Postwar Japan*, a aparente tranqüilidade, em meio a tanta destruição, com que o Japão aceitou a reforma educacional durante a ocupação, pode ser explicada pelo fato de que depois da Era Meiji (significa controle iluminado), com início em 1868, os japoneses adotaram efetivamente aspectos da cultura ocidental, selecionando coisas às quais poderiam se adaptar e ao mesmo tempo mantendo sua cultura tradicional.

Nosso estudo tentou compreender através da literatura e das notícias dos jornais, o cenário das relações sócio-políticas entre aliados e japoneses. As duas nações estavam, cada uma, com um olho no futuro. De um lado, os japoneses “aceitando facilmente” a Reforma, por outro lado, os americanos “aceitando discussões” em torno do seu relatório. Seria o interesse dos americanos moldar tanto os japoneses quanto os brasileiros com seus costumes e sua ideologia? Seria o interesse dos japoneses aceitar para aprender o que fosse possível para depois superar seu mestre ou recuperar sua independência? O fato é que o final da Guerra produziu e inspirou mudanças de comportamento, tanto no Japão quanto no Brasil. Enquanto no Japão se trabalhava em sua recuperação, no Brasil, era incentivado o consumo de produtos industrializados de natureza utilitária e cultural, representando, desta maneira, para o povo brasileiro, o “desejo de modernização”.

Segundo Gaston Bachelard, a imaginação é energética: ela é anterior à memória. É a imaginação que nos faz mergulhar na profundidade das coisas, mostrando a trilha para melhor entendimento e compreensão do eixo temático. Em educação, por exemplo, não importa se o tema já foi suficientemente explorado ou não, pois o pesquisador está sempre provocando novas histórias, novos caminhos de pesquisas. Nossa esfera temática nos possibilitou mobilidade através das diferentes versões da literatura e diversificados pensamentos epistemológicos nas fontes pesquisadas.

Quando se estuda, através de suas culturas, o Japão e o Brasil, emerge o diferencial dos sentimentos que se opõem. O Japão, ao mesmo tempo, com o apego às tradições e na ânsia de inventar o futuro, mostra que não são sentimentos incompatíveis de convivência, pelo contrário, os japoneses têm a capacidade de harmonizar os opostos e, segundo a reportagem do jornalista correspondente da Folha de São Paulo em Tóquio, *os japoneses estabelecem uma sabedoria para conviver com os contrários, de transformar dois mundos diferentes em um só (e, importante, sem que cada um deles dissolva as suas diferenças no outro)* (SUZUKI JR.,1989:01). O Japão, depois de enfrentar furacões,

ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – João Pessoa, 2003.

terremotos, bombardeios, incêndios, aprendeu que “restaurar-se/recuperar-se é a única maneira de manter-se”. E o Brasil?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COOX, Alvin D. *Tojo. História ilustrada da 2ª. Guerra Mundial*. Líderes 15. Rio de Janeiro: Renes, 1976, 157p.

DEBORIN, G. *A Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Fulgor, 1966. 416p.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: O breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IANNI, Octavio. *A Sociologia da Sociologia*. São Paulo: ANPUH/Marco zero, 1993, vol.13, no. 25/26. ISSN: 0102-188

JORNAL: *O Povo*: 1945 – 1947 – 1949 – 1950

JORNAL: *Correio do Ceará*: 1945 – 1947 - 1949

MELLO, Valéria M. S. *Rompendo limites do tempo: História Oral como caminho de investigação da história educacional japonesa*. In: CAVALCANTE, M. Juraci M (Org.). *História e memória da educação no Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária (UFC), 2002, p.165-171, 300p.

PERALVA, Osvaldo – *Um Retrato do Japão*, São Paulo: Moderna, 1990, 182p.

RIBEIRO, Ma. Luisa Santos. *História da Educação Brasileira: a organização escolar*. São Paulo: CORTEZ & MORAES, 1978, 139p.

SELLERS, Charles at alli. *Uma reavaliação da História dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor Ltda. 1990, 471p.

SUZUKI JR., Matinas. Disponível em <http://marieclaire.globo.com/edic/ed114/rep.queixa.htm.12/10/89>, p.1/3.

TRAINOR, Joseph C. *Education reform in Occupied Japan – Trainor’s memoir*. Tokyo: Meisei University Press, 1983, 427p.

TSUCHIMOCCHI, Gary H. *Education reform in postwar Japan – The 1946 U.S. Education mission*, Japan: University of Tokyo Press, 1993, 376p.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes – *Segunda Guerra Mundial – relações internacionais do século XX – segunda parte*, 4 ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1996, 119p.